

## De *Domus* a *Titulus*: um aspecto da cristianização da Roma tardo-antiga

Carlos Machado\*

### Resumen

*Tradicionalmente, los estudios dedicados a la cristianización de la antigua Roma tienden a centrarse en las acciones de los miembros de la corte imperial y la jerarquía eclesiástica. Recientemente, los estudiosos han prestado más atención al papel jugado por la aristocracia senatorial romana, teniendo en cuenta su participación en este proceso en términos de un conflicto político con los obispos de Roma. Este trabajo analiza las cuestiones relacionadas con esta participación, estudiando la conversión de estructuras domésticas en espacios religiosos, concretamente, los edificios identificados como “tituli” en las fuentes. El objetivo es contribuir a una mejor comprensión de este proceso.*

Palabras clave: Cristianización - Aristocracia senatorial - tituli - Bajo Imperio Romano

### Abstract

*Traditionally, studies devoted to the Christianization of ancient Rome tend to focus on the actions of members of the imperial court and of the ecclesiastical hierarchy. Recently, however, scholars have paid more attention to the role played by the Roman senatorial aristocracy, considering its participation in this process in terms of a political conflict with the bishops of Rome. This paper discusses issues relating to this participation, studying the conversion of domestic structures in religious spaces, specifically the buildings identified as “tituli” in our sources. The aim of this work is to contribute to a better understanding of this process.*

Key words: Christianization - Senatorial aristocracy - tituli - Late Roman Empire

Recepción del original: 22/11/2013

Aceptación del original: 21/03/2014

¿Como podemos descrever a cristianização da Roma antiga? ¿De que forma a então maior cidade do império -entendida em seus aspectos físicos- transformouse de uma cidade pagã em um centro com uma identidade marcadamente cristã? Estas não são

---

\* Universidade de São Paulo (USP), Brasil. E-mail: carmachado@gmail.com

perguntas simples, trazendo consigo uma série de problemas e questões historiográficas, teóricos e metodológicos. Isso não é por falta de atenção da parte de estudiosos. Escrevendo no final do século XVIII, Edward Gibbon diz que foi sentado no Capitólio, aos pés do templo de Jupiter, e ouvindo o canto de monges vindo das igrejas que então ocupavam a colina -antes o centro da religião romana- que lhe veio a idéia de investigar as causas do declínio e queda da cidade.<sup>1</sup> Se Gibbon por um lado identificava nas transformações religiosas que envolveram a cidade um dos temas que dariam forma à história do período, por outro lado sua perspectiva centrada na ideia de declínio é claramente inaceitável em nossos dias.

Ao contrário do que pode parecer, o debate moderno sobre como ocorreu a cristianização de Roma, propriamente dita, é recente. Seu início pode ser identificado na segunda metade do século XIX, mas foi somente na segunda metade do século XX que estas bases modernas se consolidaram. Tradicionalmente, classicistas eram exclusivamente interessados no passado grandioso da cidade alto imperial, enquanto para estudiosos cristãos este processo podia ser descrito como uma narrativa linear e triunfalista da história da igreja. Gibbon trata da cristianização da cidade, mas como uma ruptura com seu passado clássico, um sinal dos tempos obscuros que se aproximavam.<sup>2</sup> Importantes progressos foram realizados pela geração de Theodor Mommsen e Giovanni Battista De Rossi, entre outros responsáveis por estabelecer uma base sólida para o estudo da Roma tardo-antiga.<sup>3</sup> Editando fontes, inscrições ou escavando e publicando monumentos, eles forneceram elementos para se considerar a história da cristianização de Roma em seu contexto físico, social e cultural. Em outras palavras, tomando a cristianização como um aspecto da história da cidade. Aqui eles seguiam os passos do grande Ferdinando Gregorovius, autor da *História de Roma na Idade Média*, publicada entre 1859 e 1872, na qual a história da cidade medieval não era apresentada como uma sucessão de papas e santos, mas como uma narrativa complexa e preocupada com o contexto histórico mais amplo.<sup>4</sup> A geração seguinte, de Rodolfo Lanciani, Christian Hülsen e Louis Duchesne, já sabia ser impossível compreender a história e a arqueologia da Roma antigas separadas da Roma cristã -e vice-versa.

Até o final do século XX estabeleceu-se um consenso, melhor expresso na obra de Richard Krautheimer, *Rome: Profile of a City*, um estudo que se estende do século IV ao século XIV. Um arqueólogo e historiador da arquitetura, Krautheimer apresentou a história de Roma de Constantino à eleição de Gregório Magno, o período que nos interessa, como sendo um produto de duas grandes forças políticas e culturais, o Império e a Igreja.<sup>5</sup> Apesar de dar lugar também à influência da aristocracia romana, era no diálogo entre estas duas forças maiores que para o grande estudioso se localizava a explicação para a história da cidade. Ao mesmo tempo em que declinavam as estruturas de seu passado grandioso, membros

<sup>1</sup> Edward GIBBON, *The Autobiographies of Edward Gibbon*, Londres, John Murray, 1897, p. 302. Note que ele se refere à cidade, e não ao império, que seria o tema de sua obra.

<sup>2</sup> Para uma discussão recente da concepção histórica de Gibbon -e de seus métodos- veja Christopher KELLY, "A Grand Tour: Reading Gibbon's Decline and Fall", *Greece and Rome*, Londres, núm. 44, 1997, pp. 39-58.

<sup>3</sup> Para uma (breve) apreciação do impacto destes estudiosos nos estudos sobre Roma, veja Domenico PALOMBI, *Rodolfo Lanciani. L'archeologia a Roma tra Ottocento e Novecento*, Roma, L'Erma di Bretschneider, 2006, pp. 41-52; Mark HUMPHRIES, "In Mommsen's Shade: Roman Historiography, Past and Present", *Classics Ireland*, Dublin, núm. 9, 2002, pp. 28-45.

<sup>4</sup> Ferdinando GREGOROVIVS, *Storia della Città di Roma nel Medioevo*, Torino, Einaudi, 1973.

<sup>5</sup> Richard KRAUTHEIMER, *Rome. Profile of a City, 312-1308*, Princeton, Princeton University Press, 1980, pp. 3-87.

da corte imperial investiam imensas fortunas no patronato de basílicas e monumentos associados à sua nova religião. Paralelamente, controlando um número cada vez maior de recursos materiais e espirituais, os bispos da cidade eterna foram capazes de se aproveitar do patrocínio imperial para se assenhorearem da cidade, suas instituições e seus lugares. Esse modelo interpretativo está na base de obras mais recentes, como o livro de John Curran, de 2000.<sup>6</sup>

Dizer que esse é um modelo simplista não é novo: Louis Duchesne e Johann Peter Kirsch, no final do XIX e início do XX, já haviam mostrado o quanto a cristianização de Roma deveu a uma enorme diversidade de participantes -especialmente àqueles diretamente interessados, a massa dos fiéis.<sup>7</sup> Mas mesmo assim, tratava-se de incorporar mais agentes em uma narrativa pré-ordenada, a do triunfo cristão. Nomes como Charles Pietri e Peter Lewellyn, nos anos 70, já haviam mostrado como clérigos e leigos de origem aristocrática podiam interagir, disputando poder político e econômico dentro da igreja.<sup>8</sup> Mais recentemente, no entanto, estudiosos têm prestado mais atenção a este grupo social, a aristocracia romana, dando o devido peso aos seus interesses, redes de clientela, poderio econômico e político.<sup>9</sup>

É nesse grupo que eu quero me concentrar aqui, explorando um aspecto específico -mas crucial- de seu envolvimento na cristianização de Roma: o processo de conversão das *domus* aristocráticas (entendidas como unidades sociais e físicas) em estruturas de culto cristão. Esse não é um processo que possa ser entendido exclusivamente como parte da história da cristianização de Roma, em seu sentido estrito, mas que deve ser relacionado a um conjunto mais amplo de transformações que envolveram a cidade nesse mesmo período. Assim, para entender esse problema é preciso discutir o quadro mais amplo no qual estas estruturas se inserem. Apesar de muito ter sido escrito sobre as casas da aristocracia senatorial romana nos últimos anos, ainda não existe nenhuma tentativa de síntese desta discussão.<sup>10</sup> Mesmo sendo problemáticas, nossas fontes são unânimes em salientar a importância das *domus* aristocráticas no espaço urbano romano. Um bom exemplos são os catálogos regionários, duas listas dos monumentos e edifícios da cidade da metade do século IV d.C. que permanecem imersos em enorme controvérsia sobre sua confiabilidade ou não.<sup>11</sup> No entanto, mesmo inflados, seus números parecem

<sup>6</sup> John CURRAN, *Pagan City and Christian Capital*, Oxford, Oxford University Press, 2000.

<sup>7</sup> Ver Johann Peter KIRSCH, *Die römischen Titelkirchen im Altertum*, Paderborn, Schöningh, 1918; Louis DUCHESNE, ver sua edição do Liber Pontificalis: *Le Liber Pontificalis*, 2 vols., Ed. Louis Duchesne, Paris, Ernest Thorin, 1886.

<sup>8</sup> Ver os artigos reunidos de Charles PIETRI, *Christiana Respublica. Éléments d'une enquête sur le christianisme antique*, 3 vols., Roma, École Française de Rome, 1997; e de Peter LLEWELLYN, “The Roman Church during the Laurentian Schism: priests and senators”, *Church History*, Santa Rosa, CA, núm. 45, 1976, pp. 417-427.

<sup>9</sup> Bons exemplos são Lellia CRACCO RUGGINI, “Spazi urbani clientelari e caritativi”, Chaterine VIRLOUVET (org.), *La Rome impériale. Démographie et logistique*, Roma, École Française de Rome, 1997, pp. 157-191; Kim BOWES, *Private Worship, Public Values, and Religious Change in Late Antiquity*, Cambridge, Cambridge University Press, 2008; e veja também os artigos reunidos em Kate COOPER, Julia HILLNER (orgs.), *Religion, Dynasty, and Patronage in Early Christian Rome, 300-900*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007.

<sup>10</sup> Os trabalhos fundamentais sobre esse assunto são os de Federico GUIDOBALDI, “Ledilizia abitativa unifamiliare nella Roma tardoantica”, Andrea GIARDINA (org.), *Società romana e impero tardoantico*, vol. 2, Bari, Laterza, 1986, pp. 165-237; “Le domus tardoantiche di Roma come ‘sensori’ delle trasformazioni culturali e sociali”, William V. HARRIS (org.), *The Transformations of URBS ROMA in Late Antiquity*, Portsmouth, RI, Journal of Roman Archaeology Supplementary series 33, 1999, pp. 53-68.

<sup>11</sup> Discussão em Javier ARCE, “El inventario de Roma: *Curiosum y Notitia*”, William V. HARRIS (org.), *The Transformations of URBS ROMA... cit.*, pp. 15-22.

concordar com o que sugere a arqueologia: o século IV assistiu à explosão da residência de luxo como fenômeno imobiliário em Roma. Jean-Pierre Guilhembet explorou estas lista, demonstrando a consistência do fenômeno por toda a cidade.<sup>12</sup>

Essa expansão quantitativa teve uma expressão qualitativa, como se vê na progressiva invasão e apropriação de espaços públicos ou previamente ocupados por casas do século IV. É o caso da *domus* de Gaudentius, no Célio, que incorporou dois edifícios de apartamentos e ainda bloqueou uma rua. Ou a luxuosa casa construída sobre a cisterna que abastecia as Termas de Trajano, no Ópio, expandindo e embelezando o que era provavelmente uma estrutura administrativa. Esse fenômeno é observável por toda a cidade, e como procurei demonstrar anteriormente representa uma tendência oposta à dos dois primeiros séculos do império, quando uma ordem urbanística imperial se impôs às residências e à arquitetura da elite senatorial.<sup>13</sup>

A *domus* do consul de 331 d.C., Junius Bassus, no Esquilino, decorada com famosos painéis de mármore mostrando cenas mitológicas e imagens associadas à sua posição eminente na sociedade romana, é um bom exemplo da importância política, para além de urbanística, destas casas.<sup>14</sup> A decoração da casa foi desmantelada durante o século XV, e tudo o que temos são quatro painéis de mármore e um desenho feito por Giovanni da Sangallo. É impossível fazer uma análise iconográfica adequada com o material disponível, mas podemos perceber como a decoração enfatizava a associação entre público e privado - seja na incorporação de elementos arquitetônicos visível no desenho de Sangallo, seja na inscrição que remete a obras de construção públicas: “Júlio Basso, da ordem senatorial, cônsul, construiu com seus próprios recursos e dedicou para a felicidade [dos nossos tempos].”<sup>15</sup> É no contexto destes espaços que devemos imaginar senadores como Quinto Aurélio Símaco recebendo seus clientes e amigos diariamente.

Casas eram, portanto, um elemento estrutural nas estratégias sociais e políticas da elite romana.<sup>16</sup> Eram uma expressão de sua identidade individual e de grupo, e uma forma de se relacionarem com o espaço urbano que as cercava. Não é de surpreender, portanto, que estas casas exercessem um papel fundamental na participação de membros deste mesmo grupo na vida cristã da cidade. Isso aparece com clareza nas cartas de Jerônimo, que se refere a um circuito de visitas de pregadores e mestres na doutrina cristã às casas de aristocratas (normalmente mulheres).<sup>17</sup> O caso de Jerônimo gerou muita controvérsia, e mesmo Ambrósio de Milão em seu *De Officiis*, um tratado instruindo clérigos em sua

<sup>12</sup> Jean-Pierre GUILHEMBET, “La densité des domus et des insulae dans les XIV régions de Rome selon les Régionnaires: représentations cartographiques”, *Mélanges de l’École Française de Rome. Antiquité*, Roma, núm. 108, 1996, pp. 7-26.

<sup>13</sup> Ver Carlos MACHADO, “Aristocratic Houses and the Making of Late Antique Rome and Constantinople”, Lucy GRIG, Gavin KELLY (orgs.), *Two Romes. Rome and Constantinople in Late Antiquity*, Oxford, Oxford University Press, 2012, pp. 136-158.

<sup>14</sup> Sobre esta casa, veja em primeiro lugar de Federico GUIDOBALDI, “L’edilizia abitativa unifamiliare...” cit., pp. 184-186; “Domus: Iunius Bassus”, Eva STEINBY (org.), *Lexicon Topographicum Urbis Romae*, Roma, Quasar, vol. 2, 1995, pp. 69-70; ver também Marina SAPELLI, “La basilica di Giunio Basso”, Serena ENSOLI, Eugenio LA ROCCA (orgs.), *Aurea Roma. Dalla città pagana alla città cristiana*, Roma, L’Erma di Bretschneider, 2000, pp. 137-139.

<sup>15</sup> *Corpus Inscriptiones Latinarum* VI, 1737: Iunius Bassus, v.c., *consul ordinarius, propria impensa a solo fecit et dedicavit feliciter*.

<sup>16</sup> Aqui, sigo as conclusões apresentadas em Carlos MACHADO, *Urban Space and Aristocratic Power in Late Antique Rome (284-535 A.D.)*, Oxford, Tese de Doutorado Apresentada à Universidade de Oxford, 2006.

<sup>17</sup> Bem discutido em John CURRAN, *Pagan City and Christian Capital...* cit., pp. 260-320.

função, sugere que se evite visitar sozinho a casa de particulares (1.86-7). Casas também exerceram um papel importante na difusão de heresias -ou talvez devêssemos falar de interpretações alternativas às que eram aceitas pela hierarquia eclesiástica.<sup>18</sup>

A importância de espaços domésticos na construção do cristianismo tardo-antigo foi o tema de um importante livro de Kim Bowes, que virou leitura obrigatória sobre o assunto.<sup>19</sup> Curiosamente -mas compreensivelmente- Bowes praticamente deixa de lado a fonte mais rica de informações sobre esse tema, os atos dos mártires romanos. Os atos são uma série de textos narrando a história e o martírio de cristãos ligados a Roma nos primeiros séculos do império (inclusive no século IV). Geralmente impossíveis de serem datados de forma precisa, foram compostos em momentos diversos entre o final do século V e o século VIII, passando por revisões posteriores.<sup>20</sup> Estes textos representam uma verdadeira mina de ouro para os interessados no papel das casas aristocráticas na história do cristianismo em Roma: casas são usadas como espaços de reunião, como esconderijo em épocas de perseguição, como lugar para a conversão, entre outros.<sup>21</sup> Cecília é martirizada em sua própria casa, e nos atos de Pudentiana vemos uma casa sendo convertida em um edifício eclesiástico já no II século d.C.<sup>22</sup>

Os Atos dos Mártires estiveram no centro das controvérsias que levaram ao surgimento do método histórico ao longo dos séculos XVII e XVIII. Publicados pela sociedade dos Bollandistas, eles foram sistematizados de maneira magistral por Henri Dufourcq no final do século XIX. Foi nessa mesma época, no entanto, que a obra de Hypolitte Delehaye refundou o estudo destes textos. Tratando-os como obras literárias, produto da imaginação histórica da comunidade cristã romana alto-medieval, Delehaye foi responsável por uma notável sofisticação nos métodos de datação destes textos. Talvez mais importante de tudo, sua obra esteve na base da crítica devastadora feita pelo maior estudioso da Roma cristã na segunda metade do século XX, o francês Charles Pietri. Em um estudo famoso, dedicado ao que ele chamou de ‘lendas romanas’, Pietri mostrou ser impossível utilizar estes textos para estudar o cristianismo pré-Constantiniano, justamente por causa de todas as contradições e erros factuais que eles contém.<sup>23</sup>

De uma certa forma, Pietri está fundamentalmente correto: os atos dos mártires não são uma fonte para a história do cristianismo primitivo, no sentido de que não podemos saber quando os fatos ali relatados realmente aconteceram -e quando temos mais informações, vemos que eles estão irremediavelmente errados. Mas acho que poucos, nesse início do século XXI, abraçariam uma tal concepção de história, e o problema para mim parece residir na maneira como Pietri imagina estes textos, como o produto de maus historiadores

<sup>18</sup> Como mostrou Harry MAIER, “The topography of heresy and dissent in late fourth century Rome”, *Historia*, núm. 64, 1995, pp. 232-249.

<sup>19</sup> Kim BOWES, *Private Worship, Public Values...* cit.

<sup>20</sup> A referência clássica sobre os atos é a obra de Albert DUFOURCQ, *Études sur les Gesta Martyrum Romains*, 4 vols., Paris, Ed. Albert Fontemoing, 1900. Para uma discussão recente dos seus problemas de datação, veja Claire PILSWORTH, “Dating the *gesta martyrum*: a manuscript-based approach”, *Early Medieval Europe*, núm. 9, 2000, pp. 309-324.

<sup>21</sup> Por exemplo, para uso como espaço de reunião: *Acta S. Abundi*, 2 (AASS Sept. V); de esconderijo: *Acta S. Anatholiae*, 1 (AASS Iul. II); de conversão: *Acta S. Marii et sociorum*, 11 (AASS Ian. II).

<sup>22</sup> Cecília: *Acta S. Caeciliae*, 31 (ed. Hippolyte DELEHAYE, *Étude sur le légendier romain. Les saints de Novembre et de décembre* (Subsidia Hagiographica 23), Bruxelas, Société des Bollandistes, 1936, pp. 194-268. Sobre Pudentiana: *Acta S. Pudentianae et Praxedis*, 2 (AASS Mai IV).

<sup>23</sup> Charles PIETRI, “Donateurs et pieux établissements d’après le légendier romain (V<sup>e</sup>-VII<sup>e</sup> s.)”, *Hagiographies, cultures et sociétés (IV<sup>e</sup>-XII<sup>e</sup> siècles)*, Paris, Études Augustiniennes, 1981, pp. 435-453.

presos ao contexto em que viviam. Em minha opinião, apesar de fixados somente na alta Idade Média, os Atos são o produto de diversas tradições orais, desenvolvidas da metade do século III em diante - a partir do momento em que o culto dos mártires ganha proeminência na própria cidade de Roma. Não se trata aqui de imaginar que estes textos preservaram uma memória histórica fiel ao passado, mas de aceitar que toda história transmitida ao longo do tempo é (ou se torna) inteligível para seu público, incorporando elementos que aquele público considera compreensível. Estudos recentes têm demonstrado a importância de uma leitura discursiva destes textos, buscando ir além de seu conteúdo factual como forma de se apreender a política que presidiu sua composição.<sup>24</sup> Mas eles também se prestam a uma outra leitura, buscando indícios que possam permitir a reconstrução de valores compartilhados e expectativas sociais do contexto onde foram produzidos e onde circularam. Se não devemos aceitar a historicidade (no sentido descrito acima) da conversão de um certo senador Iulius, do tempo de Cômodo, em sua própria casa,<sup>25</sup> por outro lado é exagerado recusar-se a aceitar que esse tipo de evento de fato ocorria na casa de aristocratas romanos (para citar apenas esse tipo de espaço).

O que me parece notável, neste caso, é ver até que ponto os cristãos da Roma alto-medieval consideravam o papel das casas da elite romana estrutural na formação e expansão de sua fé, na defesa de sua comunidade e até mesmo na definição de seus espaços. Isso não quer dizer que devamos retomar a teoria da *domus ecclesiae*, tão popular no início do século passado: a idéia era a de que o cristianismo foi um movimento genuinamente popular, baseado em casas doadas à Igreja, que mais tarde se tornariam locais de culto consagrado, e que depois de Constantino dariam origem às igrejas da Roma cristã.<sup>26</sup> Essa idéia deve ser definitivamente abandonada, depois dos trabalhos (já antigos) do próprio Pietri.<sup>27</sup> O que precisamos fazer, me parece, é retomar a noção de *titulus*, mas levando em consideração tanto a complexidade desta categoria quanto a complexidade apresentada pela evidência disponível.

É impossível descobrir exatamente o que os romanos da Antiguidade tardia queriam dizer com a palavra *titulus*. Em um sentido estrito, a palavra se refere a uma inscrição, um sinal, uma indicação de propriedade: é isso o que nos informam os dicionários de latim clássico. Julia Hillner publicou, poucos anos atrás, um importante estudo no qual procurou mostrar o que significava um *titulus* do ponto de vista do direito da propriedade.<sup>28</sup> Apesar de não se limitar à história do direito, em sua análise ela enfatizou o impacto desta noção na organização da vida cristã em Roma, especialmente em termos da correlação de forças entre os membros da aristocracia que doavam suas propriedades e o bispo de Roma. Como ela demonstrou, a elite eclesiástica não se tornava refém de seus patronos somente porque recebia suas doações; na verdade, o que se observa no século V é um firme controle por parte do episcopado romano sobre tudo o que acontecia em seus edifícios de culto. Apesar

<sup>24</sup> Bons exemplos são: Kate COOPER, "The martyr, the matrona and the bishop: the matron Lucina and the politics of martyr cult in fifth- and sixth-century Rome", *Early Medieval History*, núm. 8, 1999, pp. 297-317; Conrad LEYSER, "A church in the house of the saints: property and power in the Passion of John and Paul", Kate COOPER, Julia HILLNER (orgs.), *Religion, Dynasty, and Patronage...* cit., pp. 140-162.

<sup>25</sup> *Acta S. Eusebii et sociorum*, 3 (AASS Aug. V).

<sup>26</sup> Johann Peter KIRSCH, *Die römischen Titelkirchen...* cit.

<sup>27</sup> Especialmente em Charles PIETRI, "Recherches sur les *domus ecclesiae*", *Revue des Études Augustiniennes*, núm. 24, 1978, pp. 3-21.

<sup>28</sup> Julia HILLNER, "Families, patronage, and the titular churches of Rome, c. 300-c. 600", Kate COOPER, Julia HILLNER (orgs.), *Religion, Dynasty, and Patronage...* cit., pp. 225-261.

de importante, a contribuição de Hillner é limitada por dois problemas, que precisam ser considerados. Em primeiro lugar, o fato de ela se concentrar no ato da doação e seus efeitos jurídicos, quando a realidade histórica romana era muito mais complexa; em segundo lugar, o fato de que nossa principal fonte para o estudo dos *tituli* romanos é o *Liber Pontificalis*, uma obra cuja primeira redação data do século VI, e aí tem-se a clara impressão de que a palavra se refere a algo semelhante a um direito de propriedade, mas não exatamente a mesma coisa: um edifício consagrado. Isso pode ser depreendido das quatro passagens abaixo, selecionadas do *Liber Pontificalis* à guisa de exemplo:

1) “Ele [Marcelo] [...] constituiu 25 *tituli* em Roma, como dioceses para o batismo e penitência dos muitos que se convertiam dos pagãos e para o enterro de mártires.”<sup>29</sup>

2) “Uma certa senhora de nome Lucina, viuva, [...] dedicou sua casa como *titulus* no nome do beato Marcelo, onde dia e noite nosso senhor Jesus Cristo era reconhecido com hinos e orações.”<sup>30</sup>

3) “Ele [Silvestro] construiu na cidade uma igreja [*ecclesia*] na propriedade de um de seus presbíteros, que era chamado Equitius, a qual constituiu como um *titulus* romano, junto às termas de Domiciano, o qual até hoje é chamado *titulus* de Equitius.”<sup>31</sup>

4) “Naquele tempo ele [Inocência] dedicou a *basilica* dos santos Gervásio e Protásio, de uma oferta da mulher de status ilustre Vestina [...]. Esta mulher citada ordenou no texto de seu testamento que a *basilica* dos santos mártires fosse construída de seus ornamentos e pérolas, vendendo o que se achasse necessário. E quando a *basilica* foi completada, o abençoado Inocência estabeleceu naquele local um *titulus* segundo a direção da mulher de status ilustre Vestina [...].”<sup>32</sup>

Esta compilação não é de forma alguma exaustiva, mas é representativa dos usos que aparecem nesta fonte. Não é claro o que seria a diferença entre um *titulus*, uma *ecclesia* e uma *basilica*: o *Liber Pontificalis* usa estas expressões como diferentes, mas em alguns casos se referindo ao mesmo edifício. Como vemos aqui, *tituli* são espaços usados para diferentes funções religiosas: oração, batismo e até mesmo sepultamento, como no texto (1), que também nos informa que no início do século IV existiam 25 *tituli* em Roma. Enquanto uma *basilica* e uma *ecclesia* eram um tipo específico de edifício, o *titulus* não o era, como vemos nos textos (3) e (4). De fato, estes edifícios podiam ser constituídos em *tituli* -e como o texto (2) sugere, até mesmo uma casa (*domus*) podia ser dedicada como tal.

<sup>29</sup> LP I, 164 (ed. Duchesne): “Hic [Marcelo] [...] XXV titulos in urbe Roma constituit, quasi diocesis, propter baptismum et paenitentiam multorum qui convertebantur ex paganis et propter sepulturas martyrum.”

<sup>30</sup> LP I, 164 (ed. Duchesne): “Matrona quaedam, nomine Lucina, vidua, [...] quae domum suam nomine beati Marcelli titulum dedicavit, ubi die noctuque hymnis et orationibus domino Iesu Christo confitebatur.”

<sup>31</sup> LP I, 170 (ed. Duchesne): “Hic [Silvestro] fecit in urbe ecclesiam in praedium cuiusdam presbiteri sui, qui cognominabatur Equitius, quem titulum romanum constituit, iuxta thermas Domitianas, qui usque in hodiernum diem appellatur titulus Equitii.”

<sup>32</sup> LP I, 220 (ed. Duchesne): “Eodem tempore dedicavit [Inocência] basilicam sanctorum Gervasi et Protasi ex devotione cuiusdam inlustris feminae Vestinae [...]. Quae femina superscripta testamenti paginam sic ordinavit ut basilica sanctorum martyrum ex ornamentis et margaritis construeretur, venditis iustis extimationibus Et constructam usque ad perfectum basilicam, in quo loco beatissimus Innocentius ex delegatione inlustris feminae Vestinae titulum Romanum constituit [...]”

Mesmo estas observações tão gerais contêm problemas: o editor do *Liber Pontificalis*, Louis Duchesne, observou que os atos do concílio de 595 também se referem a 25 *tituli*, o que o levou a concluir que esse era o número destas estruturas em Roma. Mas isso não é seguro, pois o texto (1), que nos dá esse número, diz que estes espaços eram usados para sepultamento, o que é um problema, pois nós sabemos que não era permitido realizar sepultamentos dentro da cidade, nem mesmo trazer restos de mortos -ao menos não no início do século IV. O texto (2) se refere à dedicação de uma *domus* como *titulus*, mas isso também é problemático: o *titulus* de Lucina, atualmente conhecido como igreja de San Lorenzo in Lucina, foi escavado nos anos 1990, e o que se descobriu foi um edifício de apartamentos, e não uma *domus*, na fase anterior ao século IV. ¿Será que devemos descartar estas informações por causa de tais inconsistências?

Estudiosos demonstraram, desde a obra monumental de Duchesne, que a composição do *Liber Pontificalis* não foi desprovida de interesses políticos e de um interesse agudo por uma certa versão do passado.<sup>33</sup> Isso não quer dizer que todas as informações contidas nestas biografias papais fossem falsas. Elas precisavam se adequar ao que era aceitável e esperado pela comunidade. Erros factuais não impedem um texto como este de parecer, em geral, aceitável para seus leitores. Estas inconsistências à parte, o que parece claro é que um *titulus* é um espaço com função religiosa dedicado como tal, o que implica na realização de um ritual religioso específico. Nestes textos, o bispo de Roma é o responsável por este ritual, mesmo que em algumas ocasiões isso seja feito por iniciativa (ou instrução) da pessoa que doou o espaço. A única exceção é o caso de Lucina, que no entanto o fez inspirada por e em nome do bispo/mártir. Mesmo assim, é possível que esta exceção seja apenas aparente, uma vez que não somos informados sobre como a dedicação em si foi levada a cabo, e se foi ela quem a realizou pessoalmente ou por intermédio do bispo.<sup>34</sup> Buscar uma definição mais rígida de *titulus* é um erro, pois nem as fontes escritas e nem os espaços aos quais elas se referem parecem respeitar a ânsia classificadora de alguns historiadores. Isso foi bem percebido por Federico Guidobaldi, que chegou a sugerir que a inconsistência que observamos no *Liber Pontificalis* se deve ao fato de esta obra ser uma compilação de diversos tipos de fontes.<sup>35</sup> Em minha opinião essa é uma hipótese desnecessária: me parece que *titulus* se refere ao produto final da dedicação pelo bispo, independente do tipo de edifício, sua função original, ou status do proprietário.<sup>36</sup>

O papel do bispo aparece de forma muito clara quando consideramos as cartas enviadas por pontífices romanos do final do século V ao início do século VII a bispos em toda a Itália, nas quais eles fornecem instruções sobre como proceder com doações de aristocratas destinadas à fundação de espaços cristãos. As cartas de Gregório Magno, escritas por volta de 600 d.C., são uma importante fonte de informações para entendermos esse problema.<sup>37</sup> Entre as pré-condições para aceitar uma doação aristocrática, o bispo deveria

<sup>33</sup> Ver a introdução de Duchesne, em: Louis DUCHESNE, *Le Liber Pontificalis...* cit.; mais recente: Kate BLAIR-DIXON, “Memory and authority in sixth-century Rome: the Liber Pontificalis and the Collectio Avellana”, Kate COOPER, Julia HILLNER (orgs.), *Religion, Dynasty, and Patronage...* cit., pp. 59-76, esp. pp. 65-66.

<sup>34</sup> Para uma discussão recente do problema das “dedicações sagradas” no âmbito da epigrafia grega e latina, veja John BODEL, “Sacred dedications: a problem of definitions”, John BODEL, Mika KAJAVA (eds.), *Dedicatio Sacre*, Roma, Institutum Romanum Finlandiae, 2009, pp. 17-29.

<sup>35</sup> Federico GUIDOBALDI, “La fondazione delle basiliche titolari di Roma nel IV e V secolo. Assenze e presenze nel *Liber Pontificalis*”, *Mededelingen van het Nederlands Instituut te Rome*, núm. 60-61, 2001-2002, p. 9.

<sup>36</sup> Como, aliás, parece concordar o próprio GUIDOBALDI, “La fondazione delle basiliche titolari...” cit., pp. 5-6.

<sup>37</sup> Veja, para discussão mais detalhada, Carlos MACHADO, “Between Memory and Oblivion: the End of the



garantir quatro: em primeiro lugar, a doação deveria ser feita de acordo com a lei, para evitar contestações judiciais mais tarde -em casos de herança, por exemplo; a propriedade doada não podia ser desviada para outras formas de uso: o desejo do doador deveria ser respeitado; a área ou edifício doados não poderiam ter sido utilizados para enterros; e finalmente, a consagração do espaço requeria rituais específicos, a serem realizados pelo bispo.<sup>38</sup> Aqui não se está tratando exclusivamente da fundação de *tituli*, uma categoria específica que no entanto deveria se adaptar a estes requerimentos. O fato de que a maioria destas cartas era endereçada a membros do clero, incluindo bispos de outras cidades, mostra que o processo de conversão de uma casa em um oratório, convento, ou *titulus* era dirigido pela hierarquia eclesiástica. O papel das autoridades civis e dos doadores leigos também era reconhecido, no entanto, como sugerem as ênfases colocadas na necessidade de se respeitar a lei e de se seguir o desejo original do doador.

As cartas de Gregório concordam, assim, com o quadro analisado por Luce Pietri em artigo recente, no qual ela discute documentos dos pontificados de Gelásio, Pelágio e do próprio Gregório, voltados para outros contextos.<sup>39</sup> O bispo tem um papel primordial nesse processo, aceitando ou não a doação, e consagrando-a. Mas fica claro também que mesmo no início do século VII -portanto após o período que nos interessa aqui- as vontades dos doadores ainda deviam ser levadas em conta. Essa relação necessária entre aristocratas e bispos atraiu grande atenção da historiografia, normalmente preocupada em caracterizá-la como um conflito pelas riquezas e pelo governo da igreja. Mas o que parece claro destes elementos é que a colaboração entre estes diversos setores da sociedade romana exerceu um papel crucial na cristianização da cidade. O processo era sem dúvidas dirigido pelo bispo, mas o seu combustível era em grande medida pelas fortunas aristocráticas, muitas vezes tão importantes a ponto de desafiá-los.<sup>40</sup>

Nem todos os *tituli* tiveram origem em doações de aristocratas, mas parece claro que membros deste grupo social foram participantes ativos na constituição desse tipo de fundação. A sala de recepção da *domus* que no século III pertenceu ao prefeito urbano Fábio Cilo certamente já havia sido convertida em um *titulus* no século VI, mas talvez até mesmo no século V, se sua identificação com o *titulus Tigridae* mencionado no concílio de 499 for correta.<sup>41</sup> Convertida em *titulus Aemilianae* por volta de 400 ou mais tarde, a basílica hoje cohecida como dos quatro santíssimos mártires (SS. Quatro Coronati) adaptou uma magnífica sala absidada que, no início do século IV, havia incorporado partes de duas *insulae* da época de Adriano (século II d.C.), bloqueando uma rua preexistente.<sup>42</sup>

Roman *domus*”, Ralf BEHRWALD, Christian WITSCHHEL (eds.), *Rom in der Spätantike. Historische Erinnerung im städtischen Raum*, Stuttgart, Franz Steiner Verlag, 2012, pp. 111-138, esp. pp. 124-130.

<sup>38</sup> Por exemplo, *Ep.* 2.15 (em Rimini), 3.58 (Nápoles), 5.50 (Nápoles), e 8.5 (Luni).

<sup>39</sup> Luce PIETRI, “Évergétisme chrétien et fondations privées dans l’Italie de l’Antiquité Tardive”, Jean-Michel CARRIÉ, Rita LIZZI TESTA (orgs.), *Humana Sapit. Mélanges en l’honneur de Lellia Cracco Ruggini*, Turnhout, Brepols, 2002, pp. 253-263.

<sup>40</sup> Para uma discussão deste modelo cooperativo, veja Carlos MACHADO, “Roman Aristocrats and the Christianization of Rome”, Peter BROWN, Rita LIZZI TESTA (orgs.), *Pagans and Christians in the Roman Empire: The Breaking of a Dialogue* (Christianity and History 9), Berlin, LIT Verlag, 2011, pp. 493-516.

<sup>41</sup> Federico GUIDOBALDI, “L’edilizia abitativa unifamiliare...” cit., pp. 181-183; e do mesmo autor, “L’inserimento delle chiese titolari di Roma nel tessuto urbano preesistente: osservazione ed implicazioni”, *Quaeritur inventus colitur* (Studi di Ancithità Cristiana 40), Cidade do Vaticano, Pontificio Istituto di Archeologia Cristiana, 1989, p. 391, para a identificação.

<sup>42</sup> Ver, além de GUIDOBALDI, “L’edilizia abitativa unifamiliare...” cit., pp. 192-193; e, “L’inserimento delle chiese titolari...” cit., p. 386; a publicação de Carlo PAVOLINI, “Nuovi contributi alla topografia del Celio da

Como Guidobaldi demonstrou mais de 20 anos atrás, em um estudo sobre os 29 *tituli* que aparecem nos atos do sínodo de 499, dos 19 para os quais temos evidência arqueológica, 16 foram construídos adaptando casas que já existiam.<sup>43</sup> Um dos casos mais interessantes, e mais complicados, é o da igreja dos Santos João e Paulo, no monte Célio. Aqui, duas *insulae* do século II foram convertidas em uma *domus*, decorada com afrescos e mosaicos no início do século IV. A arqueologia deste edifício é complexa, colocando mais problemas do que soluções. A visão tradicional é a de que o andar superior da casa era reservado para reuniões cristãs desde o século III, e que um nível intermediário foi construído na metade do IV para abrigar relíquias de mártires cuja identidade e mesmo o número permanecem controversos - as pinturas que cercam este espaço, mostrando cenas de martírio, não ajudam a definir de quantos santos se trata.<sup>44</sup>

No entanto, a evidência disponível torna impossível determinar a identidade religiosa dos proprietários da casa no início do século IV (ainda mais no século III). Beat Brenk sugeriu que os aposentos do andar térreo, que até então tinham uma função primordialmente comercial, passaram a ser utilizados como espaço de recepção de visitantes e para reuniões, possivelmente de cunho religioso.<sup>45</sup> Não está claro se a *confessio* construída no mezanino seria contemporânea a esta mudança, imediatamente posterior, ou mais tardia (Brenk sugere o século VI), e portanto é impossível saber com certeza qual o papel do proprietário da casa na sua definição como centro de culto dos mártires, ou se isso foi um desenvolvimento mais tardio; nem é possível saber se as reuniões ali realizadas tinham caráter particular/doméstico ou mais amplo.<sup>46</sup> No século V, uma basílica foi construída por cima da casa, o que foi possível graças à inclinação da rua junto à qual o edifício se localizava, o *clivus Scauri*. A basílica foi construída, mas a parte da residência abaixo dela continuou em uso - presume-se, pelo pessoal associado ao serviço da igreja. Uma inscrição vista no século IX na entrada da igreja, datável da metade do século V, recorda a fundação do edifício por um certo Pammachius, provavelmente o amigo de Jerônimo, grande patrocinador de diversas fundações cristãs.<sup>47</sup> Essa fundação é identificada como *titulus Pammachii* nas atas do sínodo de 499.

Pammachius é um caso excepcional: graças à sua amizade com Jerônimo, sabemos muito sobre suas doações, inclusive a fundação de um centro de acolhimento de viajantes, no porto de Roma. Paulino de Nola descreve o funeral de sua esposa, Paulina, celebrado com um enorme banquete oferecido para a população pobre de Roma na basílica de S. Pedro, no Vaticano.<sup>48</sup> A casa convertida em *titulus* provavelmente não era aquela onde

---

rinvenimenti casuali di scavo”, *Bullettino della Commissione Archeologica Comunale di Roma*, núm. 96, 1994-1995, p. 77.

<sup>43</sup> Federico GUIDOBALDI, “L’inserimento delle chiese titolari...” cit.

<sup>44</sup> Esta é a visão de Richard KRAUTHEIMER, *Corpus Basilicarum Christianarum Romae*, vol. 1, Cidade do Vaticano, Pontificio Istituto di Archeologia Cristiana, 1937, pp. 282-296, retomada em Kim BOWES, *Private Worship, Public Values...* cit., p. 88.

<sup>45</sup> Beat BRENK, “Microstoria sotto la Chiesa dei SS. Giovanni e Paolo: la cristianizzazione di una casa privata”, *Rivista dell’Istituto Nazionale dell’Archeologia e Storia dell’Arte*, s. 3, núm. 18, 1996, p. 188.

<sup>46</sup> Para estes problemas, veja também Conrad LEYSER, “A church in the house of the saints...” cit., pp. 145-147.

<sup>47</sup> Giovanni Battista DE ROSSI, *Inscriptiones Christianae Urbis Romae* II, Roma, Ex Officina Libraria Pontificia, 1888, p. 150 n. 20. Para Pammachius, veja Arnold Hugh M. JONES, J. MORRIS, John MARTINDALE, *The Prosopography of the Later Roman Empire*, vol. 1, Cambridge, Cambridge University Press, 1971, p. 663 (Pammachius).

<sup>48</sup> Sobre o funeral da esposa de Pammachius, veja Carlos MACHADO, “Roman Aristocrats and the Christianization...” cit., pp. 508-509. Para a importância de funerais nas estratégias sociais da aristocracia

ele morava, e certamente não era a única que ele possuía em Roma. Converter aquele edifício em *titulus* foi uma das estratégias adotadas por esse aristocrata para a promoção de sua fé, um fato explicitamente mencionado na inscrição, mas também foi uma forma de perpetuar o seu nome.

Estas questões reaparecem no caso da basílica do consul Junius Bassus, discutida acima. Em algum momento durante o século IV ou V, a *domus* de Junius Bassus saiu da propriedade desta família prestigiosa família senatorial. Essa passou para as mãos de um senador romano de origem gótica, Flavius Valila, que a doou para a igreja.<sup>49</sup> A inscrição foi copiada no século XV, na ábside da então igreja de Sant’Andrea in Catabarbara, quando esta começou a ser destruída. Não se trata de um *titulus*, até onde sabemos, mas é uma excelente ilustração da iniciativa de um leigo e da intervenção crucial do bispo Simplício, que a consagrou para uso litúrgico em nome do mártir André.

“Para ti, Cristo, essa propriedade foi dedicada pelo desejo de Valila, para ti o testador mesmo transferiu essa propriedade, e o papa Simplício adaptando-a para os ritos celestiais fez com que ela em verdade ficasse em seu serviço, combinando-a com o nome de André, mártir apostólico, para quem não tínhamos uma porta [igreja]. A igreja agora como herdeira a emprega com os títulos justos [de propriedade?], introduzindo os ritos sagrados onde antes existia uma casa. Povo devoto, vem e aprende desta transação a desejar os reinos celestes em retorno pelas posses terrenas.”<sup>50</sup>

A inscrição corria ao longo da ábside, embaixo de um mosaico mostrando Cristo e os apóstolos, e abaixo também da inscrição comemorando a obra de Junio Basso, citada acima. Quando a igreja foi despoliada, no século XV, o mosaico cristão não foi preservado -provavelmente já estava muito danificado naquela época. A memória que foi preservada, ironicamente, foi a dos feitos e glórias do cônsul Junio Basso, com toda a pompa e arrogância características da aristocracia senatorial romana. Imagens com temas mitológicos e a memória de duas famílias foram assim imortalizadas, marcando aquela fundação -consagrada pelo bispo- com a presença dos grandes senadores de Roma.

Como espero ter demonstrado, a cristianização de Roma foi o produto de diversas dinâmicas, de diversos interesses. Não foi um processo linear, nem mesmo unidirecional. Imperadores e bispos certamente exerceram um papel primordial nesse processo, graças aos vastos recursos que controlavam e à autoridade moral e espiritual de que eram imbuídos. Mas outros agentes também participaram dessa negociação, com seus próprios interesses, suas próprias prioridades e impondo suas próprias concepções do que era desejável. A aristocracia romana e suas casas representam apenas mais um agente neste

---

romana (pagã e cristã), veja Carlos MACHADO, “The City as Stage: Aristocratic Commemorations in Late Antique Rome”, Eric REBILLARD, Claire SOTINEL (orgs.), *Les frontières du profane dans l’antiquité tardive*, Roma, École Française de Rome, 2010, pp. 311-314.

<sup>49</sup> Para Valila, ver John MARTINDALE, *The Prosopography of the Later Roman Empire*, vol. 2, Cambridge, Cambridge University Press, 1980, p. 1147 (Valila).

<sup>50</sup> Ernst DIEHL, *Inscriptiones Latinae Christianae Veteres*, Berlin, Weidmann, 1924-1927, n. 1785: “Haec tibi mens Valilae devovit praedia, Christe, / cui testator opes detulit ipse suas, / Simplicius(ue) papa sacris caelestibus aptans / effectit vere muneris esse tui / et quod apostolici deessent limina nobis // martiris, Andreae nomine composuit. / Utitur haec heres tituli ecclesia iustis / succedens(ue) domo mystica iura locat. / Plebs devota, veni perq(ue) haec commercia disce / terreno censu regna superna peti.”

conjunto de transformações, um agente que só agora estamos começando a avaliar de maneira adequada. A atuação destes homens e mulheres não pode ser compreendida sem a intervenção fundamental dos bispos e membros da hierarquia eclesiástica, como as cartas de Gregório Magno deixam muito claro. Mas só seremos capazes de escapar das narrativas teleológicas que por muito tempo dominaram os estudos sobre a transformação da Roma antiga em centro do cristianismo. Cabe aos historiadores e arqueólogos lutar para que essa estória se torne ainda mais complexa.